

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
INSTITUTO DE ARTES - CAMPUS SÃO PAULO**

**ANA PAULA PEREIRA SANTOS**

**A MÚSICA COMO FERRAMENTA AUXILIAR NA EDUCAÇÃO  
BÁSICA PARA CRIANÇAS AUTISTAS**

**São Paulo**

**2023**

**ANA PAULA PEREIRA SANTOS**

**A MÚSICA COMO FERRAMENTA AUXILIAR NA EDUCAÇÃO  
BÁSICA PARA CRIANÇAS AUTISTAS**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Artes da  
Universidade Estadual Paulista “Júlio  
de Mesquita Filho” como parte dos  
requisitos para obtenção do grau de  
Licenciado em Música.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréia  
Mirandade Moraes Nascimento.**

**São Paulo**

**2023**

Ficha catalográfica desenvolvida pelo Serviço de Biblioteca e Documentação  
do Instituto de Artes da Unesp. Dados fornecidos pelo autor.

---

S237m Santos, Ana Paula Pereira, 1997-

A música como ferramenta auxiliar na educação básica para crianças  
autistas / Ana Paula Pereira Santos. -- São Paulo, 2023.  
47 f. : il. color.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréia Miranda de Moraes Nascimento.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música) –  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes.

1. Música - Instrução e estudo. 2. Crianças autistas. 3. Musicoterapia  
para crianças. 4. Transtorno do espectro autista. I. Nascimento, Andréia  
Miranda de Moraes. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. III.  
Título.

CDD 781.11

---

Bibliotecária responsável: Laura M. de Andrade - CRB/8 8666

**ANA PAULA PEREIRA SANTOS**

**A MÚSICA COMO FERRAMENTA AUXILIAR NA EDUCAÇÃO  
BÁSICA PARA CRIANÇAS AUTISTAS**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Artes da  
Universidade Estadual Paulista “Júlio  
de Mesquita Filho” como parte dos  
requisitos para obtenção do grau de  
Licenciado em Música.**

**TRABALHO APROVADO EM 27/10/2023**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profª. Drª. Andréia Miranda de Moraes Nascimento**

**Orientador (a)**

**Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**

---

**Profª. Drª Shirlei Escobar Tudissaki**

**Instituição: EMIA - Escola Municipal de Iniciação Artística**

De forma muito especial, dedico este trabalho e pesquisa ao meu sobrinho Rafael Sousa, fonte de inspiração para o desenvolvimento deste documento e paixão por este assunto tão importante.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

A minha família e ao meu noivo Caio Fernando por todo o apoio e pela ajuda durante toda a graduação.

À Andréia Miranda, minha orientadora, por toda atenção, orientação e paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

Aos entrevistados que me permitiram conhecer um pouco mais sobre os seus trabalhos para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

## RESUMO

Considerando que a música pode ser utilizada como ferramenta terapêutica para pessoas com transtorno do espectro do autismo, este trabalho apresenta pesquisas sobre o uso da música no ensino regular. Por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas, discute a importância da educação musical no ensino regular e seu impacto positivo nas pessoas com TEA.

**Palavras-chave:** Educação básica; Transtorno do espectro autista; ensino; musicalização.

## **ABSTRACT**

Considering that music can be used as a therapeutic tool for people with autism spectrum disorder, this work presents research on the use of music in mainstream education. Through bibliographic research and interviews, he addresses the importance of music education in continuing education and its positive impact on individuals with ASD.

**Keywords:** Basic education; Autism spectrum disorder; education; musicalization.



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	UM BREVE OLHAR SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA ....	11
2.1	Autismo na História.....	11
2.2	Características e diagnósticos .....	12
2.3	Reabilitação .....	13
3	EDUCAÇÃO BÁSICA, INCLUSÃO E A MÚSICA.....	15
3.1	Educação Básica e a inclusão .....	15
3.2	Aulas de música na educação básica .....	18
3.3	Aulas de música na educação básica e a legislação .....	19
4	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: A MÚSICA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA CRIANÇAS AUTISTAS .....	21
4.1	Música e o Transtorno do Espectro Autista .....	21
4.2	Entrevistas .....	22
4.2.1	Análise do questionário 1 para professores músicos .....	22
4.2.2	Análise do questionário 2 para professores não músicos .....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
	REFERÊNCIAS .....	30
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	34
	APÊNDICE B – RESPOSTAS ENTREVISTAS .....	38

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a Constituição Federal de 1988, a educação brasileira tem como base principal o princípio de que a educação é um direito de todos, independentemente de raça, origem, sexo, cor, idade, ou qualquer outra forma de discriminação ou pré- seleção. Tal conquista já garantiu grandes avanços no âmbito da inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

A Declaração de Salamanca (1994) é de extrema importância para a Educação Especial, surgiu a partir de um evento na Espanha promovida pela UNESCO, na Declaração, consta que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (ORGANIZAÇÃO, 1994, p. 1).

Sendo assim, a inclusão foi estabelecida a fim de resguardar os direitos à educação a todas as pessoas, marcando um grande avanço à educação. Outro marco da educação brasileira são as leis que colocam como obrigatório o ensino da música dentro das escolas.

Em 2008, é sancionada a Lei Nº 11.769 que recoloca a música como estudo obrigatório, não exclusivo, na educação básica de escolas públicas e privadas, com o argumento de que a música contribui para o desenvolvimento humano, não com o objetivo de formar músicos, mas desenvolver uma maior criatividade, sensibilidade e integração, de acordo com Clélia Craveiro conselheira

da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2008).

Antes mesmo da música ser um componente obrigatório dentro das escolas, ela já era utilizada como um recurso terapêutico e já tem sido aplicada em pessoas desde 1960. Seu uso como terapia tem mostrado diminuição nas crises comportamentais em pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), como: liberdade expressiva, melhora nos relacionamentos interpessoais, melhora na produção da fala, além das melhoras nas habilidades musicais que naturalmente podem ocorrer (BRANDALISE, 2013). Foram realizadas pesquisas em países da Europa, Estados Unidos, Canadá, entre outros. São pesquisas recentes, e a frequência de publicações sobre este tema só começou a aumentar nos últimos 20 anos.

É possível notar, dentro da Educação Básica, um aumento no número de diagnósticos de crianças autistas e, apesar de existirem leis que fundamentam a inclusão destas pessoas, ainda existem muitas instituições que apenas inserem esses alunos sem se preocupar com o seu desenvolvimento e ignoram que o autismo é um espectro, ou seja, as pessoas não são iguais, e o espectro pode se manifestar em graus de gravidades diferentes (GADIA, 2006).

Dentro deste cenário da educação brasileira e do uso comprovado da música como recurso terapêutico, de que forma a música pode auxiliar uma criança com o transtorno do espectro autista nas matérias regulares da educação básica?

A principal motivação que sustenta a presente pesquisa reside na importância que o tema possui dentro da educação básica e no vínculo pessoal que a autora possui com o tema, através de sua vivência com um familiar diagnosticado com TEA. Embora seja recente, as pesquisas mostram que o interesse em aplicar a musicoterapia com pessoas com TEA é bastante amplo, então podemos concluir que há grandes benefícios. No Brasil, a área mais investida pela musicoterapia, está sendo justamente o tratamento de pessoas com TEA.

“As pessoas com transtornos do espectro do autismo, na sua maioria, têm necessidades especiais durante toda a vida - assisti-las envolve cuidados mais intensivos, desde a intervenção precoce até sua velhice” (MELLO; HO; DIAS; ANDRADE, 2013, p. 37). Como foi dito pelos autores, a criança com TEA precisa

de uma assistência especial e isso também deve ocorrer dentro da sala de aula. Mesmo não sendo o objetivo principal da escola regular ser o local de tratamento terapêutico das crianças, a escola tem o papel de inserir as pessoas na sociedade, pois a inclusão foi estabelecida a fim de resguardar o direito à educação a todos. Sendo assim, deveriam ser oferecidos aos profissionais da educação uma formação continuada para que possam aprender a lidar com a inclusão dentro do ambiente escolar.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o uso da música como uma ferramenta pedagógica dentro da educação básica direcionado para crianças autistas. Como objetivos específicos, têm-se: 1) Desenvolver estudos sobre o transtorno do espectro autista; 2) Analisar as políticas de inclusão dentro da educação básica; e 3) Analisar, por meio de entrevistas, como os profissionais da área utilizam a música como recurso e se existe alguma preparação diferenciada para aulas com crianças com esta deficiência dentro da sala de aula.

Como metodologia, o presente estudo tem abordagem qualitativa e explicativa. Foram feitas pesquisas bibliográficas para um maior aprofundamento a respeito do tema e também foram feitas entrevistas com profissionais da área da educação.

Através de coletas de entrevistas que foram realizadas com professores da educação básica e professores de música com experiência na área, foram analisadas as respostas a respeito de como a música tem sido utilizada dentro da sala de aula e se possui pontos positivos e negativos no seu uso. Com base nas respostas obtidas no questionário aplicado e nas pesquisas bibliográficas, foi feita uma comparação entre as respostas e elaboradas as considerações finais.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, temos a contextualização mais detalhada a respeito do transtorno do espectro do autismo. No segundo, temos como as leis e políticas educacionais brasileiras estão cuidando dos direitos a estas crianças que estão nas escolas. No terceiro e último capítulo, serão apresentadas as respostas das informações obtidas no questionário realizado com os professores, seguindo para as considerações finais.

## 2 UM BREVE OLHAR SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

### 2.1 Autismo na História

A palavra autismo vem do grego *autos* e significa *self* “de si mesmo”. Termo que foi criado pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuer em 1950, que tinha como objetivo estudar os sintomas de esquizofrenia em adultos, Bleuer estudava para classificar pessoas que apresentavam dificuldades na comunicação e interação social com tendência ao isolamento, resultando em um importante e categórico trabalho sobre esquizofrenia do adulto e adolescente. Mas o termo oficial acerca da condição, iniciou quando Leo Kanner publica, em 1943, seu artigo *The Nervous Child* (Em tradução livre: *A criança nervosa*).

O artigo (*The Nervous Child*) é um resultado de estudos de 5 anos realizados com 11 crianças. O autor observou características comuns entre as crianças, características de uma síndrome rara que até então não havia sido relatada. Kanner observou que os pacientes tinham dificuldades em estabelecer conexões com as pessoas e com as situações, preferindo objetos em detrimento a pessoas, ecolalia e inversão pronominal. Constatou que as crianças eram fisicamente normais, mas junto aos pais, constatou que eram ausentes e distantes. Kanner passou a designar essas crianças com “autismo infantil precoce”.

O denominador comum desses pacientes é sua impossibilidade de estabelecer desde o começo da vida conexões ordinárias com as pessoas e com as situações. Os pais dizem que eles querem ser autônomos, que se recolhem, que estão contentes quando são deixados sozinhos, que agem como se as pessoas os rodeias não estivessem, que dão a impressão de sabedoria silenciosa. As histórias clínicas indicam que há, invariavelmente, desde o começo, uma extrema inclinação à solidão autista, afastando tudo o que do entorno tenta se aproximar deles (KANNER, 1996, p. 720, apud MAS, 2018, p. 17).

O psicólogo Bruno Bettelheim, de 1950 a 1960, defendeu que a causa do autismo viria das indiferenças da mãe, denominada como “mãe-geladeira”. Em 1970, esta teoria foi rejeitada.

A partir da década de 70, a teoria psicogênica iniciada por Kanner foi sendo abandonada gradativamente. Outros autores, como Burack, surgiram e reforçaram

aidéia do déficit cognitivo, e que as teorias anteriores estavam indo para a ótica desenvolvimentista, sendo relacionado com a deficiência mental, uma vez que cerca de 70-86% dos indivíduos com perturbações de autismo são deficientes mentais. (BARROS, 2012, p.15)

O termo “autismo” passou por diversas alterações durante o tempo, e após quase 8 décadas estando em uma categoria dentro da esquizofrenia de Kraner, passou para uma subcategoria dos transtornos do neurodesenvolvimento, denominado de transtorno do espectro autista (TEA), pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (AMERICAN, 2014).

## **2.2 Características e diagnósticos**

Atualmente chamado de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), o autismo é conhecido hoje como um distúrbio do neurodesenvolvimento, podendo abranger uma gama de diferentes manifestações clínicas e em níveis de gravidades diferentes. O TEA se apresenta em 1% da população, predominantemente em meninos e suas características estão presentes já nos primeiros meses de vida, porém só são reconhecidos durante o segundo ano de vida (AMERICAN, 2014).

As características comportamentais do autismo, tornam-se evidentes quando na infância a criança apresenta desinteresse social, padrões de atividades, sintomas que podem variar de acordo com o grau e característica do indivíduo e do seu ambiente. Dividido em subcategorias, o comprometimento pode ter três níveis de gravidade, sendo o primeiro mais leve em que o indivíduo exige apoio; nível dois, exige apoio substancial; e no nível três exige muito apoio substancial (AMERICAN, 2014).

caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (AMERICAN, 2014, p.31)

Os pais de uma criança TEA são os primeiros a identificar que algo diferente

está acontecendo com o filho. Como dito anteriormente, já nos primeiros meses de vida é possível identificar alguns comportamentos do autismo. No momento que ocorre os sinais, começa a busca pelo auxílio, o que muitas vezes pode demorar para acontecer, pois os pais passam pelo processo de incerteza e até mesmo de negação.

Para Ardore, Cortez e Regen (2001), mesmo recebendo o diagnóstico, muitos pais choram e procuram um culpado pela doença.

Por buscarem compreender o que está acontecendo com o filho, é comum surgir pensamentos confusos e, para Carlo Schmidt (2012), esses sentimentos estão associados a diferentes reações, entre eles enquadram-se: 1- negação, 2- raiva, 3- culpa, 4- pensamento mágico, 5- início da aceitação e 6- busca por soluções.

Ter um diagnóstico é muito importante, pois cabe aos pais procurar por um auxílio para o filho e também para eles mesmos, pois no momento do “choque” do inesperado, muitos ficam reclusos em suas dores, pela quebra de expectativa a respeito do filho. Este sentimento se dá pela ideia de que o autismo pode interferir na vida do indivíduo, que ele não poderá ter uma vida social e profissional bem sucedida. Sabe-se que ainda não existem marcadores biológicos e formas totalmente precisas de diagnosticar um indivíduo com suspeita de autismo, apesar de tantos estudos dentro da área. O diagnóstico é feito através de observações, entrevistas com os pais, sendo essencialmente clínico. Quanto mais cedo uma criança for diagnosticada e tratada, mais chances ela terá de ter um bom desenvolvimento.

### **2.3 Reabilitação**

Após procurar pelo diagnóstico, os pais do indivíduo com o TEA buscam pelo tratamento. “A reabilitação é um processo dinâmico e global orientado para a recuperação física e psicológica do indivíduo com deficiência, tendo como objetivo a sua reintegração social” (BATISTA, 2012, p. 3).

Como o TEA não possui uma cura, o seu tratamento é para atenuar os déficits apresentados. Como cada indivíduo com TEA pode ter sintomas diferentes, o tratamento pode ser mais eficaz para alguns do que para outros (SANTOS,

2008).

As terapias mais usadas com crianças TEA são: Intervenção fonoaudióloga, intervenção com terapia ocupacional, terapia comportamental (ABA), acompanhamento pedagógico, fisioterapia ou atividade física.

A musicoterapia tem sido utilizada, embora há pouco tempo, mas já possui comprovações de melhorias na comunicação, expressão e aprendizagem.

O Ministério da Saúde, em 2014, publicou um documento que estabeleceu diretrizes mais específicas para atenção à reabilitação de pessoas com TEA (MINISTÉRIO, 2014). Ele inclui informações sobre os sinais de problemas comportamentais e de desenvolvimento no TEA, algumas ferramentas para diagnosticar o autismo, avaliação e orientação sobre o planejamento do tratamento. Ele fornece orientações sobre como as redes de serviços devem acompanhar as pessoas com TEA desde o momento em que o risco de autismo é identificado por meio de intervenções para diagnóstico e reabilitação.

Em 2015, o Ministério da Saúde publicou outro documento intitulado *Linhas de Cuidado às Pessoas com Transtornos do Espectro Autista e suas Famílias na Rede Psiquiátrica do Sistema Integrado de Saúde* (MINISTÉRIO, 2015). Este segundo documento, destinado a gestores e profissionais, trouxe informações específicas sobre a organização da rede de atenção e abordagens terapêuticas para a habilitação/reabilitação de pessoas com TEA no Sistema Integrado de Saúde (SUS) para orientar a prestação de serviços de atendimento às pessoas com TEA.



### 3 EDUCAÇÃO BÁSICA, INCLUSÃO E A MÚSICA

#### 3.1 Educação Básica e a inclusão

O histórico da proposta inclusiva foi sendo estabelecido de forma gradativa na educação, em toda a sua trajetória histórica, evoluiu de uma educação restrita (de instituições especializadas) para um referencial baseado na igualdade de direitos nos âmbitos pedagógicos e sociais (LOURO, 2012, p. 31).

Podemos considerar como um início de leis relativas à educação para todos (mesmo tendo pouca a atenção à educação inclusiva), a declaração dos Direitos Humanos, de 1948, em que o direito de todos à instrução é enfatizado no artigo XXVI.

No Brasil, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que respalda que a educação é um direito de todos, independentemente de raça, origem, sexo, cor, idade, ou qualquer outra forma de discriminação ou pré-seleção, que garante plena igualdade no acesso e na permanência na escola. A Constituição já garantiu grandes avanços no âmbito da inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). O artigo 208, orienta que a pessoa com deficiência deveria estar “preferencialmente no sistema regular de ensino”.

Em 1990, a *Declaração Mundial da Educação para Todos*, estipulou em seu Artigo de número 3, a universalização do acesso à educação e promoção de equidade, ressaltando que a aprendizagem básica não deve estar apenas acessível à pessoa com deficiência, como também deve ser integrada ao sistema educacional (LOURO, 2012, p. 31).

Considerada como um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, a Declaração de Salamanca é de extrema importância para a Educação Especial, sendo um divisor de águas ao inserir a inclusão no ensino regular. Foi realizada na Espanha promovida pela UNESCO.

Até então, para frequentar a escola, o indivíduo deveria passar previamente por um período de integração, depois do qual, caso não se adequasse a determinados pré-requisitos, seria impedido de adentrar a escola regular. Em outras palavras, tanto a escola quanto a sociedade deveriam proceder mudanças e reestruturações, visando uma educação realmente inclusiva (LOURO, 2012, p.31)

Em 1996, as Leis de Diretrizes e Bases de 1996, de número 9.394/96, determina que pessoas com deficiência devem frequentar a escola regular com serviço de apoio, no artigo 59, assegura aos alunos com necessidades educacionais especiais:

3.1.1 - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

3.1.2 - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

3.1.3 - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

3.1.4 - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

3.1.5 - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996)

Em 1998, através do documento Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares e estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, formalizado pelo Ministério da Educação (MEC), institui que o aluno com deficiência não precisa cumprir determinados conteúdos tidos como importantes, mas sim que a escola deveria promover a adaptação do currículo proposto. As adaptações curriculares devem acontecer nas elaborações dos objetivos, planejamento e temporalidade, das metodologias e das avaliações.

Em 2001, a resolução CNE/CEB n.2/2001- institui as diretrizes nacionais para a educação especial na escola básica. No artigo 5, determina que será necessário a aplicação de medidas educativas específicas nas seguintes situações:

I - Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (MINISTÉRIO, 2001, p. 2)

O mesmo documento também institui o que toda escola deve possuir:

I - Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II - Distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

IV – Serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns;

V – serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos; VI – condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade. (MINISTÉRIO, 2001, p. 2)

Algumas leis mais atuais como a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2008b, p.146) conforme o Art.º 24:

[...] As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência; as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

Ainda no âmbito da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da

Educação Inclusiva (BRASIL, 2011), conforme o Decreto no 7.611 de 17 de novembro de 2011, é dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, preferencialmente na rede regular. Conforme o Art. 2, do Decreto no 7.611 de 17 de novembro de 2011:

§ 2o O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011, p. 1).

A inclusão foi estabelecida a fim de resguardar os direitos à educação à todos, que devem participar e aprender sem qualquer tipo de discriminação, e foi passando por diversas mudanças com o tempo.

É importante refletir se os profissionais da educação estão capacitados para receber um aluno especial dentro da sala de aula, as administrações escolares estão proporcionando as qualificações necessárias?

Pensar na inclusão é mais do que simplesmente inserir um aluno dentro da sala de aula regular, é preciso preparação para incluir estes alunos. A capacitação, formação continuada dos professores e aperfeiçoamento é um dos principais caminhos para que a inclusão seja realizada de fato.

### **3.2 Aulas de música na educação básica**

A musicalização trata-se de um processo de construção do saber, tendo como objetivo estimular e incrementar o gosto pela música, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, autodisciplina, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação podendo então ajudar no desenvolvimento cognitivo/linguístico, psicomotor e sócio afetivo da criança.

Dentro da escola, a música pode proporcionar um ambiente de alegria tornando uma atmosfera mais receptiva, oferecendo um efeito calmante após períodos de atividade física e reduzindo a tensão em momentos de avaliação. Além de tudo isto, a música também pode ser usada como um recurso na

aprendizagem de diversas disciplinas.

O professor pode selecionar músicas que falem do conteúdo a ser trabalhado na respectiva área tornando as aulas mais dinâmicas, atrativas, e vai ajudar a recordar as informações. A música também deve ser estudada como matéria em si, como linguagem artística, forma de expressão e um bem cultural. É importante reforçar que a música dentro da sala de aula não tem o papel de formar músicos, mas sim proporcionar vivências para abertura de sensoriais, facilitando a expressão de emoções, ampliando a cultura geral e contribuindo para a formação integral do ser (BARROS, 2012).

### **3.3 Aulas de música na educação básica e a legislação**

Para falar sobre o ensino de música na educação básica, historicamente temos vários exemplos de esforços realizados. Desde o século XIX, a música faz parte de orientações legais para a educação brasileira, com diferentes propósitos e ênfases, garantidos através de documentos legais que foram produzidos incluindo orientações para a aula de música na escola (BRASIL, 1854, 1890). Em 1930/40, foi implantada a fundação do canto orfeônico de Villa-Lobos. O objetivo deste tópico é examinar as leis mais atuais que refletem o atual ensino de música nas escolas.

Com a Lei 5.692/1971, a música passa a fazer parte do ensino de artes nas escolas, compartilhando espaços com artes cênicas, artes visuais e projeto.

A LDB de 1996 inclui, em seu artigo 26, a obrigatoriedade do ensino de arte na educação brasileira: “O ensino de arte é componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 1996 - art. 26, par. 2).

Em 2006, foi constituído um grupo de trabalho (GT), com a participação de músicos e professores de música. Este GT esteve sob a coordenação do músico Felipe Radicetti, coordenador do GAP (Grupo Parlamentar ProMúsica). A ABEM (Associação Brasileira de Educação Musical) é convidada a participar de reuniões com o GAP para contribuir com as discussões. Essas reuniões deram origem ao Grupo de Trabalho que traçou as etapas até a aprovação da Lei 11.769/2008.

O resultado deste processo é a aprovação da lei 11.769/2008 que “dispõe

sobre a obrigatoriedade da música na educação básica” (BRASIL, 2008a).

A lei representa um avanço na educação musical no Brasil, porque estabelece a presença da música no currículo escolar de forma clara.

## **4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: A MÚSICA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA CRIANÇAS AUTISTAS**

### **4.1 Música e o Transtorno do Espectro Autista**

A música tem sido cada vez mais procurada como uma importante forma de terapia para indivíduos com TEA, isso ocorre pois ainda na primeira infância, em grande parte das crianças, ocorre uma inclinação para música. Para o autor Oliver Sacks (2015), a música faz parte diferentes ritos sociais, em diferentes períodos da vida do indivíduo, e com isto passa a integrar à memória, sendo muito utilizada atualmente então como recurso terapêutico para indivíduos com doenças neurológicas como Alzheimer, amnésias, síndromes do lobo frontal, acidentes vasculares e o Autismo.

A música é processada no cérebro e afeta também seu funcionamento. A atividade musical mobiliza áreas cerebrais como neocortex, cerebelo, as áreas do tronco cerebral e a amígdala cerebral. As vibrações sonoras provocam distintos movimentos nas células receptoras siliare localizadas no ouvido interno que são transmitidas para centros do tronco cerebral. Os estímulos sonoros nas células siliare são conduzidos pelo nervo auditivo ao córtex auditivo que se encontra no lobo temporal. A senso-percepção ocorre no primeiro estágio musical nas áreas de projeção localizadas no lobo temporal, no córtex auditivo ou área auditiva primária responsável pela decodificação da altura, timbre, contorno e ritmo. Esta área conecta-se com o restante do cérebro em circuitos de ida e volta, com áreas que compõe a memória, como o hipocampo, com as áreas de regulação motora e emocional, como o cerebelo e a amígdala e com o núcleo accumbens relacionado ao sentido de prazer recompensa (MUSZKAT, 2012).

Nas crianças autistas ocorre prejuízos na interação social, linguagem, comunicação e interesses restritos. Nesse sentido, estudos demonstram que a música pode ser uma ferramenta de tratamento e de aprendizagem, além de ser uma forma de expressão e comunicação mais acessível aos indivíduos com esses transtornos (SANTOS, 2014, p. 269).

Ao participar de uma experiência musical, a criança encontra-se diante de uma transformação de processos neurofisiológicos e psicológicos que possibilitam

o desenvolvimento das áreas motora, perceptiva e cognitiva, ativando ao mesmo tempo processos afetivos e de socialização.

## 4.2 Entrevistas

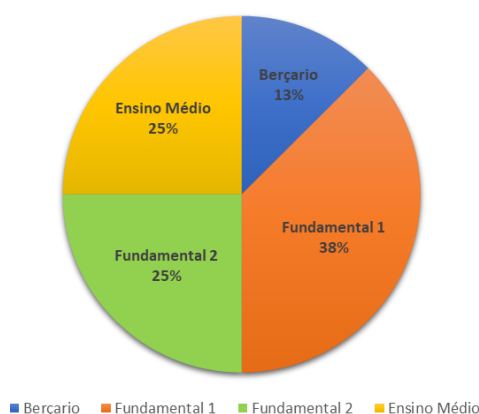
### 4.2.1 Análise do questionário 1 para professores músicos

Após realizar um levantamento bibliográfico sobre o tema supracitado, surgiu a necessidade de realmente compreender na prática como é realizada a educação musical nas escolas. Que resultados estão sendo obtidos para crianças com deficiência, especialmente aquelas com TEA.

Para tanto, foram criados dois questionários para profissionais da educação que utilizam a música como ferramenta de ensino e que possuem experiência em salas de aula com crianças com deficiência, dentro da rede pública e privada do estado de São Paulo. O primeiro questionário foi dirigido a professores que trabalham (ou trabalharam) diretamente com a disciplina de artes e música no ensino regular. A primeira questão é sobre há quanto tempo o profissional atua ou já atuou no ensino regular. O tempo médio entre os três participantes do questionário foi de 1 ano a 7 anos dentro do ensino regular.

A segunda questão aborda a respeito da faixa etária dos alunos, e 100% dos entrevistados dão aulas para o fundamental 1, 66% dão aulas para o fundamental 2, 66% para o ensino médio e 33% dão aulas para o berçário. A imagem 1 retrata as informações acima de forma gráfica.

Imagem 1 - Faixas etárias de estudantes (professores músicos)



Fonte: Criado pelo autor



Na terceira questão, foi abordado a respeito se o profissional já tinha trabalhado com alunos de inclusão e as respostas foram positivas. As deficiências citadas foram: Deficiência intelectual, deficiências físicas (diversas), deficiência visual, Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Down, Hiperatividade, Transtorno Opositor Desafiador, Transtorno de Déficit de Atenção, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Pneumonia Adquirida na Comunidade. A imagem 2 retrata as informações acima de forma gráfica.

Imagem 2 - Alunos com deficiência que os entrevistados já tiveram (professores músicos)



Fonte: Criado pelo autor

Na quarta questão, agora já abordando sobre o ensino na escola para essas crianças com deficiência, foi perguntado a respeito de como estes alunos respondiam às atividades musicais. A maioria dos profissionais entraram em um consenso a respeito da pergunta, de que sim, as crianças respondem bem às atividades musicais. O entrevistado 1, ainda enfatizou a respeito de que cabe ao educador adaptar a sua proposta de acordo com a necessidade de cada um. O entrevistado 2 citou ter encontrado dificuldades em graus mais avançados, não conseguindo manter a atenção deles por muito tempo nas atividades propostas. O entrevistado 3 ainda citou que o ensino da música auxiliava em outros âmbitos escolares como a criatividade, concentração e a disciplina na sala de aula.

Na quinta questão, foi questionado se a música pode ser utilizada em sala de aula como ferramenta pedagógica em disciplinas não musicais, como disciplinas interdisciplinares (ciências, português, matemática). Dois entrevistados de três concordaram que é possível trabalhar assuntos interdisciplinares com

música para maior fixação do conteúdo. O entrevistado 2 citou não ter tido experiências com assuntos interdisciplinares na aula de música.

Na sexta questão, foi perguntado se na elaboração dos planejamentos eram pensados assuntos interdisciplinares. 66% dos entrevistados utilizam abordagens interdisciplinares. O entrevistado 1 enfatizou a importância das adaptações: “Nem sempre conhecemos os alunos em um primeiro momento, para tal, se faz importante essa flexibilidade. Após conhecermos os alunos, poderemos imaginar como será a resposta dos mesmos, mas nem sempre acertamos.” (Entrevistado 1)

O entrevistado 2 respondeu que, muitas vezes, não dá tempo para aplicar outras abordagens, mas reconhece a importância.

Na sétima questão, foi perguntado aos entrevistados se eles, como profissionais, acham que as escolas e os profissionais estão preparados para receberem crianças com TEA. As respostas a esta pergunta são variadas. O entrevistado 1 mencionou seus anos de experiência, refletindo que o educador só estará preparado vivenciando a experiência. E, assim como na pergunta anterior, ele deve estar pronto para se adaptar. Mencionou que as escolas carecem de políticas públicas que respeitem as diferenças entre os povos e que até que isso aconteça nada será feito de forma eficaz. O entrevistado 2 respondeu que não inteiramente, porque as pessoas com TEA necessitam de atenção especial, necessitam de auxiliares eficazes para as apoiar. Já o entrevistado 3 citou ter tido experiências negativas e positivas. A experiência positiva aconteceu em uma escola privada onde tinha acompanhamento de estagiários de terapia ocupacional, psicologia e fonoaudiologia para os alunos de forma individual.

Na oitava questão, foi perguntado se existe nas escolas alguma preparação para os profissionais. As respostas foram positivas, existem formações, palestras, leituras coletivas e discussões, mas, como mencionaram os entrevistados 1 e 2, para eles, é necessário que fosse ampliado para além destes encontros, como com projetos, atividades mais práticas, por exemplo.

Na nona e última questão, foi questionado se, para eles como profissionais, eles teriam alguma sugestão de melhorias dentro do planejamento escolar. Os entrevistados sugerem que os educadores vejam seus alunos como seres humanos e não como diferentes, que possa haver mais capacitação da educação com libras de forma gratuita e obrigatória e que o educador sempre deve buscar o aprimoramento individual, buscando sempre estar atualizado. “Adapte, crie,

compartilhe, pergunte. Somos todos seres em evolução, e aprendemos diariamente com cada um dos que nos rodeiam. Aproveite deste encontro, deste momento, e cresça junto com seus alunos. Acredite!” (Entrevistado 1, ver Apêndice B).

#### **4.2.2 Análise do questionário 2 para professores não músicos**

O segundo questionário foi respondido por professores que não ensinavam música ou arte, mas utilizavam a música de alguma forma em sala de aula e quais foram os resultados. O objetivo desses dois questionários não é avaliar a educação musical de forma técnica, que avalia questões teóricas e interpretativas, mas sim como vivência e experiência musical, independente da formação da pessoa sobre música ou não. Algumas das questões do primeiro questionário foram mantidas, e outras foram mudadas e/ou acrescentadas.

A primeira questão, assim como a primeira do questionário 1, é sobre há quantotempo o profissional atua ou já atuou no ensino regular. As respostas estão em tornode 15 a 20 anos dentro do ensino regular.

A segunda questão aborda a respeito da faixa etária dos alunos, a resposta foi ensino fundamental 1 e 2, e o entrevistado 8 atua com a formação de professores deeducação física na rede de Piracicaba.

Na terceira, foi perguntado se o profissional entrevistado já tinha utilizado a música dentro das suas atividades na sala de aula e quais foram os resultados. A resposta foi positiva, todos os entrevistados utilizam a música. A música é utilizada diariamente para alguns deles, como em momentos de início de aula, despedida, manifestações culturais da cidade local, brincadeiras, ensinar conteúdo, ou em momentos de criação/composições próprias, e para situações cotidianas, o resultado é que os alunos já sabem o que vai acontecer no momento seguinte, sem precisar chamar atenção para se organizarem, como cita o entrevistado 4. Existem alunos que gostam de música e participam bem e existem aqueles que são mais tímidos ou que não tem muito contato com a música.

Alguns alunos com suspeita de TEA quiseram dançar na festa junina, acreditei que seria um grande desafio, mas para minha surpresa, foram os mais dedicados e no dia da apresentação na praça da matriz,

dançaram com muita dedicação e se divertiram. Foi emocionante. (Entrevistado 4, ver Apêndice B)

Na quarta questão, foi abordado a respeito se o profissional já tinha trabalhado com alunos de inclusão e as respostas foram positivas. As deficiências citadas foram: Síndrome de Down, Autismo, Deficiência física e intelectual, Dislexia, Paralisia Infantil, Deficiência Auditiva, Paralisia Cerebral, Asperger, Transtorno Opositor Desafiador, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade e Anemia Falciforme.

Imagem 3 - Alunos com deficiência que os entrevistados já tiveram (professores não músicos)



Fonte: Criado pelo autor

A quinta questão foi a respeito de matérias interdisciplinares, se eram trabalhados assuntos não musicais com música. A resposta foi positiva, através da música é possível trabalhar o conhecimento do corpo e da sua sonoridade, como compreensão de conteúdos pedagógicos, como em conteúdos mais complexos em português e matemática. Para o entrevistado 8, a música pode proporcionar paz, interação, socialização, e um amplo leque de possibilidades. Também é possível trabalhar histórias e tradições, voltadas às matérias de história e geografia.

Como complemento da questão anterior, na sexta questão foi perguntado se o profissional acreditava na música como uma ferramenta importante na educação. Todos afirmaram que a música é uma ferramenta importante para a educação.

Na área educacional, acredito que o lúdico faz parte do dia a dia do professor, sendo música, jogos, teatro, brincadeiras direcionadas ou não, atividades que desenvolvam a coordenação motora fina e grossa, levando o aluno a pensar, criar, experimentar, absorver, socializar, interagir, imaginar, se divertir, fazendo com que o pedagógico se torne mais prazeroso no cotidiano escolar. (Entrevistado 5, ver Apêndice B)

Na sétima questão, foi perguntado aos entrevistados se eles, como profissionais, acham que as escolas e os profissionais estão preparados para receberem crianças com TEA. A resposta de todos foi parecida, todos acreditam que as escolas e os profissionais não estão preparados. O entrevistado 4 disse que o professor nunca vai estar, pois é um processo, se iniciou a muito pouco tempo e que os profissionais estão aprendendo a cada dia. “O professor precisa buscar suporte e se reinventar, estar aberto a esse relacionamento e encontrar um caminho em conjunto com o aluno e a família. Cada criança é única e não teremos todas as respostas.” (Entrevistado 4, ver Apêndice B)

Para todos os entrevistados, há necessidade de encontrar formas de melhorar nesta área, pois muitas vezes os educadores podem orientar famílias que muitas vezes não têm muito conhecimento ou não sabem lidar com as situações e assim conseguem trabalhar em conjunto para atender melhor aquele aluno o incluindo sempre na rotina escolar.

A inclusão vai muito além de colocar uma criança com TEA na sala de aula. É preciso trabalhar com profissionais que entendam sobre o assunto dentro e fora da escola. O apoio e a conscientização com a família são de extrema importância para um bom desenvolvimento do indivíduo com a síndrome. (Entrevistado 5, ver Apêndice B)

Na oitava questão, foi perguntado se existe nas escolas alguma preparação para os profissionais. Alguns exemplos foram trazidos como: trocas de experiências nas HTPC's (rede municipal de Sorocaba), trabalho com o Currículo Funcional na APAE, atividades de AVP e AVD (Atividades de vida prática e atividades de vida diária), na cidade de Piracicaba acontece o NOMAP (Núcleo de Educação Especial). A maioria das respostas foram negativas, os profissionais citaram que para ter preparação isso deveria ser buscado fora das escolas, através de cursos, pós-graduação. O que chama a atenção é o fato de que, devido a demanda das atividades escolares, o profissional não encontra tempo para buscar especializações necessárias.

Na nona e última questão, assim como no questionário 1, foi perguntado se

para eles como profissionais, eles teriam alguma sugestão de melhorias dentro do planejamento escolar. Para o entrevistado 4, a escola poderia dar suporte para o professor, principalmente os espaços para que os alunos de inclusão tenham uma rotina bem planejada e explícita, com ambientes limpos, sem poluição visual/sonora e salas adequadas para recebê-los. Para o entrevistado, nas salas poderiam ter rotinas visuais dos acontecimentos do dia, materiais de apoio como lousa sensorial, pasta de pareamento poderia estar disponíveis em todas as salas. Para o entrevistado 5, as melhorias precisam surgir da direção escolar a equipe pedagógica, e também um maior acompanhamento de psicólogos, psicopedagogos dentro das escolas, mais conversas com os pais. Para o entrevistado 6, poderia ter uma vez na semana uma qualificação e uma rede de apoio para inclusão de alunos e profissionais multidisciplinares, e maior apoio às famílias. Para o entrevistado 7, tem que ter profissionais qualificados, um treinamento, um curso, para você receber essa criança com inclusão. Para o entrevistado, o que está ocorrendo na verdade, é uma exclusão.

Quando essa criança chega na escola, eu vejo muitos profissionais “excluindo”, tipo “ah senta aqui e coloca alguém para ensinar ele (auxiliar de sala)”, mas não, a inclusão é a criança inserida dentro desse meio dessas outras crianças e a gente adaptar o material e conteúdo para essa criança. (Entrevistado 7, ver Apêndice B)

Para o entrevistado 8, é preciso proporcionar mais momentos de trocas de experiências sobre isso com os professores, estudos, aprofundamentos, direcionado para educação física (que é a sua área de atuação).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, após as pesquisas bibliográficas realizadas, foi possível ter uma melhor compreensão a respeito do transtorno do espectro autista na história, suas características e as necessidades que os portadores possuem. Também através das pesquisas bibliográficas, foi possível compreender um pouco mais sobre a legislação e como a educação regular tem resguardado o direito à educação destes indivíduos. Através das pesquisas realizadas, podemos confirmar que o número de crianças com transtornos do espectro do autismo em sala de aula está aumentando. Todos os professores que participaram da entrevista, tinham ou tiveram alguém em sala de aula com transtorno do espectro do autismo. Através das entrevistas, podemos compreender a importância da música na sala de aula. Quer o professor tenha formação musical ou não, a música pode ser uma importante ferramenta educacional que não só ajuda nas questões escolares, mas também em outras habilidades, como habilidades sociais, habilidades físicas e habilidades motoras, entre outras. O que se revela de suma importância, como revelaram a maioria dos profissionais, é o quão difícil é encontrar tempo para a preparação de atividades, e que muitas vezes para terem mais conhecimento precisam buscar por fora, ou seja, não é muitas vezes oferecido pelas escolas onde dão aulas. A falta de preparo do ambiente escolar e a falta de políticas públicas em relação à inclusão escolar também foram frequentemente mencionadas.

Por fim, o estudo de caso foi positivo, para elucidar as considerações finais deste trabalho, resgatou-se o problema de pesquisa que é o uso da música como uma ferramenta pedagógica dentro da educação básica direcionado para crianças autistas, e chegamos à conclusão que a música pode ser sim uma ferramenta muito competente para crianças autistas, mesmo que cada indivíduo possa reagir de forma diferente ao estímulo musical, ela pode auxiliar em diferentes âmbitos, como citados acima.

Concluo esta etapa com o desejo de seguir investigando sobre o tema e com esperança de que surjam mais debates, que sejam disponibilizadas medidas adequadas para os profissionais da educação e que a visibilidade da inclusão escolar aumente.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. 4th ed. Washington, DC: American Psychiatry Association, 2000. Disponível em: <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/10.1176/ajp.152.8.1228>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ARDORE, Marilena; CORTEZ, Maria; REGEN, Mina. **Conceitos e funções da família**. São Paulo: Mimeo, 2001. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8372401-Conceitos-e-funcoes-da-familia-mina-regen-maria-lucia-sica-cortez-marilena-ardore.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BARROS, Marisa Raquel Monteiro de. **Música como mediadora no desenvolvimento cognitivo em crianças com perturbações Autísticas: Intervenção junto de uma aluna com perturbações Autísticas**. 2012. Orientador: Prof. Dr. Horácio Saraiva. Dissertação (Mestrado em Necessidades Educativas Especiais - Domínio Cognitivo Motor) - Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2568>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Deficiência, autismo e psicanálise. A peste: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia. **A PESTE**: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia, v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/apeste/article/view/22113>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRANDALISE, André. Musicoterapia aplicada à pessoa com transtorno do espectro do autismo (TEA): uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, Curitiba, ano XV, n. 15, p. 28-42, 2013. Disponível em: <https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/238>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 1.331 A**, de 17/02/1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no município da Côrte. Rio de Janeiro: Coleção das Leis do Império do Brasil, tomo 17, parte 2ª, seção 12ª. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 981**, de 08/11/1890. Aprova o regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Senado Federal,



1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 7.611**, de 17/11/2011. Garante um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, preferencialmente na rede regular. Senado Federal, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei 9.394 de 20/12/1996. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei 5692 de 11/08/1971. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 11.769** de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei n. 9394/96, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. Brasília: Presidência da República, 2008a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm). Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Coordenação: Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008b. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

GADIA, Carlos. **Aprendizagem e autismo**: transtornos da aprendizagem: abordagem neuropsicológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, Baltimore, v. 2, p. 217–250, 1943. Disponível em: <https://blogs.uoregon.edu/autismhistoryproject/files/2018/11/Kanner-Autistic-Disturbances-of-Affective-Contact-1943-vooiwn.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

LOURO, Viviane. **Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência**. São Paulo: Editora Som, 2012.

MELLO, Ana Maria Serrajordia Ros de; HO, Helena Chen; DIAS, Inês de Souza; ANDRADE, Maria América. **Retratos do autismo no Brasil**. São Paulo: AMA, 2013. Disponível em: <https://www.ama.org.br/site/wp-content/uploads/2017/08/RetratoDoAutismo.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 2, de 11 de fevereiro de 2001**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2\\_b.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf). Acesso em: 23 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Relatório Educação para todos no Brasil 2000- 2015**. [Versão preliminar]. Brasília: MEC/SEESP, 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&category\\_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 23 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MUSZKAT, Mauro. Música, neurociência e desenvolvimento humano. *In*: JORDÃO, Gisele (coord.); ALLUCCI, Renata R. (coord.); MOLINA, Sergio (coord.); TERAHATA, Adriana Miritello (coord.). **A música na escola**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012. p. 67-71. Disponível em: <https://www.amusicanaescola.com.br/pdf/AMUSICANAESCOLA.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SACKS, O. **Alucinações Musicais**: Relatos sobre a música e o cérebro. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo**: desafio na alfabetização e no convívio escolar. 2008. Orientador: Prof. Me. Orlando Pereira de Souza Junior. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Lato Sensu em Distúrbios de Aprendizagem) - Centro de Referências em Distúrbios de Aprendizagem (CRDA), São Paulo, 2008.

SANTOS, Claudia Eboli C. Potencialidades e talento: um estudo sobre as habilidades musicais em crianças com transtorno do espectro autista. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA, 3., 25-28

nov. 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UniRio, 2014. Disponível em: <https://seer.unirio.br/simpom/article/view/4556>. Acesso em: 23 nov. 2023. p. 267-275

SCHMIDT, Carlo. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas: Papyrus, 2013.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### **Título do Projeto: A música como ferramenta auxiliar na educação básica paracrianças autistas**

Prezado Sr.(a),

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que estudará o uso da música dentro da educação básica e seus resultados no desenvolvimento escolar de uma criança com transtorno do espectro autista (TEA). Sua participação não é obrigatória. O objetivo principal deste trabalho é analisar como o uso da música pode ser uma ferramenta pedagógica dentro da educação básica direcionada para crianças autistas. Para isso, esse estudo prevê pesquisas bibliográficas e a realização de entrevistas semiestruturadas para aprofundar a compreensão dos elementos relativos ao tema. Para participar deste estudo, solicito a sua especial colaboração em responder a uma entrevista semiestruturada audiogravada a ser realizada pela própria pesquisadora.

Em relação aos possíveis riscos e desconfortos, entende-se que sua participação na pesquisa oferece riscos ou desconfortos mínimos que podem ocorrer somente quando houver algum tipo de constrangimento ao responder alguma questão. Caso não se sinta à vontade para responder algumas das questões, não é necessário fazê-lo.

Sobre os benefícios espera-se que, como resultado deste estudo, você possa auxiliar-nos a compreender como a inclusão tem sido trabalhada dentro do ensino regular nas aulas de música ou em atividades musicais.

Você poderá pedir esclarecimento à pesquisadora sobre a pesquisa a qualquer momento do trabalho, e terá todas as suas dúvidas esclarecidas.

A sua identidade será mantida em sigilo. Os resultados serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Você não precisará se identificar ao responder às questões da entrevista cuja gravação e transcrição ficarão sob responsabilidade da pesquisadora e sua orientadora na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

Sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor notificar a pesquisadora.

A pesquisadora responsável pelo estudo poderá fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando contato com o seguinte e-mail:

Nome do Pesquisador: [REDACTED]

E-mail do Pesquisador: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED]

Nome da Orientadora: [REDACTED]

E-mail da Orientadora: [REDACTED]

### Declaração de Consentimento

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que os objetivos da pesquisa foram satisfatoriamente explicados e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmo também que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

#### QUALIFICAÇÃO DO DECLARANTE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Nome):.....

RG:..... Data de nascimento:..... / ..... / ..... Sexo: M ( ) F ( )

Endereço: ..... nº ..... Compl: .....

Bairro:..... Cidade:..... Cep:..... Tel:.....

---

Assinatura do Declarante

## DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR

DECLARO, para fins de realização de pesquisa, ter elaborado este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cumprindo todas as exigências contidas nas alíneas acima elencadas e que obtive, de forma apropriada e voluntária, o consentimento livre e esclarecido do declarante acima qualificado para a realização desta pesquisa.

São Paulo, 01 de agosto de 2023.

Assinatura do Pesquisador

---

## **APÊNDICE B – RESPOSTAS ENTREVISTAS**

### **Questionário 1 - professores músicos**

- 1. Há quanto tempo você trabalha no ensino regular?**
- 2. Qual é a faixa etária dos seus alunos?**
- 3. Você já trabalhou com alunos de inclusão? Quais deficiências?**
- 4. Como geralmente estes alunos respondem às atividades musicais?**
- 5. São trabalhados através da música assuntos não musicais, como matérias interdisciplinares (ciências, português, matemática)?**
- 6. Quando você faz o seu planejamento, você pensa em incluir abordagens interdisciplinares?**
- 7. Você acha que as escolas e os profissionais estão preparados para receberem crianças com TEA?**
- 8. Existe alguma preparação dentro da escola para os profissionais (professores)?**
- 9. Você, como profissional, teria sugestões de melhorias dentro do planejamento escolar?**



## Entrevistado 1

1. Trabalho no ensino regular há 7 anos.
2. Trabalho com alunos a partir dos 7 até os 15 anos de idade.
3. Sim, já trabalhei com alunos de inclusão.
4. Deficiência intelectual, deficiências físicas (diversas), deficiência visual, autismo e síndrome de down.
5. Tenho para mim que cada aluno corresponde à sua maneira, tanto alunos típicos como os atípicos.
6. As respostas musicais são sempre bem aceitas, independente do diagnóstico. Seja com o olhar, seja com a expressão ou um pequeno movimento. Sempre cabe ao educador adaptar sua proposta de acordo com a necessidade de cada um.

"Se uma criança não pode aprender da maneira que é ensinada, é melhor ensiná-la da maneira que ela pode aprender"

(Marion Welchmann)

- 1) Sim, sempre! As linguagens se falam e devem se falar. Seja através de uma música que aborda elementos da língua portuguesa, seja uma breve pesquisa sobre biomas para compor uma canção coletivamente ou a matemática aplicada através de jogos musicais. Tudo é possível. Sempre!
- 2) Ao pensar em um planejamento, as atividades devem contemplar possibilidades de adaptações. Nem sempre conhecemos os alunos em um primeiro momento, para tal, se faz importante essa flexibilidade. Após conhecermos os alunos, poderemos imaginar como será a resposta dos mesmos, mas nem sempre acertamos.

Isso é muito certo. Assumir essa postura enquanto educador, independente de termos alunos atípicos em nossa turma ou não, devemos sempre trabalhar com a nossa expectativa, pois nem sempre a resposta será imediata conforme a proposta aplicada. Isso não quer dizer que o aluno, ou os alunos não serão capazes de concluir a atividade e compreender o conteúdo, e muito menos que você enquanto educador, não tem preparo para isso. Busque!

- 3) Há 20 anos trabalho com educação especial, há 7 anos no ensino regular. Digo isto porque sempre me fazem esta pergunta quanto ao preparo das escolas ou dos educadores.

Uma pessoa que nunca foi pai, está preparado para ser pai?

Uma pessoa que nunca dirigiu um carro, está preparado para conduzir um veículo em uma estrada? Não...

Indo para a educação inclusiva (que a meu ver o próprio nome já exclui o aluno dos demais), o educador nunca estará preparado para atender. Não existe receita pronta. E assim como o condutor de um veículo ou um pai "fresco", terá que vivenciar e se ajustar, conhecer o novo e buscar possibilidades de trocas. O olhar investigativo deverá ser forte para essa busca...

Quanto às escolas, enquanto não houver uma política pública que respeite as diferenças entre povos, nada acontecerá efetivamente.

Só sabe das necessidades, quem vive com elas. Os demais dizem que sabem, mas infelizmente estão equivocados.

Falta muita coisa. Respeito em primeiro lugar!

Darei apenas um exemplo: Ande pela rua imaginando que você esteja com uma cadeira de rodas. Veja se você conseguirá chegar ao seu destino...

Deixarei essa resposta no ar....

Falo sempre que a deficiência não está na pessoa que possui alguma limitação, mas em quem projetou o espaço físico sem pensar no todo.

#### 4) Formações, discussões, leituras coletivas etc.

Mas de fato, quem quer fazer efetivamente a diferença, vai muito além dos encontros semanais com os colegas do trabalho.

E geralmente, aquele que precisaria apoiar o projeto e ver de perto cada necessidade, não está neste encontro.

#### 5) Acho que a minha sugestão é que o educador veja seus alunos como seres humanos, e não como diferentes, ou com determinada deficiência.

Já disse isso em uma das respostas, as diferenças estão em todos os lugares. Entre você e o seu irmão, mesmo que sejam gêmeos idênticos, haverá diferenças.

Não veja a educação dessa forma. Adapte, crie, compartilhe, pergunte. Somos todos seres em evolução, e aprendemos diariamente com cada um dos que nos rodeiam. Aproveite deste encontro, deste momento, e cresça junto com seus alunos. Acredite!!!

## Entrevistado 2

- 1) Estagiei por um ano na escola pública e seis meses no particular.
- 2) Na escola pública eram para alunos de arte no fundamental 2 e na privada, desde o berçário até o fundamental 1.
- 3) Sim, Transtorno do Espectro Autista e Hiperatividade
- 4) Dependendo do grau desse aluno, quando eram alunos com graus mais avançados eu não conseguia manter a atenção deles por muito tempo na atividade e eles dispersaram com muita facilidade.
- 5) Não, não tive nenhuma experiência com assuntos interdisciplinares.
- 6) Geralmente o tempo que temos para aplicar as matérias do semestre não nos dá muita brecha para incluir tais abordagens, mas reconheço a importância de serem trabalhadas.
- 7) Não completamente, pois tendo em vista que eles precisam de uma atenção especial, é melhor quando há um professor auxiliar dando suporte pois, atender às demandas de todos os alunos e ainda aplicar de maneira compreensível para um aluno com TEA não é tão simples assim.
- 8) Sim, mas acredito que possa ser ampliado além de palestras, para atividades mais práticas e ocasionais que ocorrem dentro de uma sala de aula .
- 9) O formato da capacitação de profissionais da educação com a LIBRAS, sendo um curso de acesso gratuito e obrigatório a todos que estejam exercendo o magistério.

### Entrevistado 3

- 1) 2 anos
- 2) 6 anos a 16 anos
- 3) Sim, TEA, TOD, TDA, TDAH, PAC etc.
- 4) De maneira impressionante, cada transtorno tem as suas especificidades, mas em um contexto geral todos respondem positivamente. A música ajuda com a criatividade, concentração e até mesmo a disciplina em sala de aula
- 5) Sim, acredito que a música é uma ferramenta universal que pode ir de decorar/entender um conteúdo novo ou até mesmo gerar concentração para sua compreensão
- 6) Sim, com certeza! É importante para os alunos entenderem que todo o conhecimento em algum ponto se conecta
- 7) Dependendo da escola sim, trabalhei em escolas que não tinham o menor preparo, porém hoje no Dom Aguirre que é uma escola inclusiva, tem 100% de preparo, pois nas salas além das professoras regentes e suas auxiliares temos estagiários da Uniso de TO, Psicologia e Fono que acompanham cada aluno individualmente em cada sala
- 8) No Dom Aguirre sim, temos formações quinzenais/mensais sobre o assunto
- 9) Acredito que é uma missão muitas vezes individual também, pois o professor tendo esse tão importante papel tem que estar sempre atualizado

### Questionário 2 - professores não músicos

1. Há quanto tempo você trabalha no ensino regular?
2. Qual é a faixa etária dos seus alunos?
3. Você já utilizou músicas dentro das suas atividades na sala de aula? Se sim, como foi o resultado?

4. **Você já trabalhou com alunos de inclusão? Quais deficiências?**
5. **São trabalhados através da música assuntos não musicais, como matérias interdisciplinares (ciências, português, matemática)?**
6. **Você acredita que a música é uma ferramenta importante na educação?**
7. **Você acha que as escolas e os profissionais estão preparados para receberem crianças com TEA?**
8. **Existe alguma preparação dentro da escola para os profissionais (professores)?**
9. **Você, como profissional, teria sugestões de melhorias dentro do planejamento escolar?**

#### **Entrevistado 4**

- 1) Comecei na rede pública de Tatuí em outubro de 2022. Antes, trabalhei na equipe de saúde da APAE de Tatuí como Pedagoga.
- 2) Meus alunos têm 5 e 6 anos
- 3) Utilizo música todos os dias. Começamos com "Olá boa tarde, como vai você" para a acolhida (em roda de mãos dadas), na hora das refeições, cantamos "Terra que esses frutos deram" em fila para sair para o lanche/pré-jantar, nos momentos de roda de história, cantamos "Entrando no castelo" e nos sentamos no chão em roda. Antes dessas, quando os alunos chegam à escola, cantamos: "Cheguei na escola", além das rodas de músicas livre, em que as crianças pedem e cantamos/dançamos as músicas favoritas.  
Alguns dias de parque, sentamos em roda e cantamos, cada um traz uma contribuição e todos cantam juntos, para alongamento cantamos o "balança- parou", e para aquecer cantamos "TUM-TUM" / O resultado é que

os alunos já sabem o momento seguinte... e não preciso chamar a atenção para se organizarem, eles já se preparam para cada momento, como tenho 24 alunos, isso ajuda muito.

Alguns alunos com suspeita de TEA quiseram dançar na festa junina, acreditei que seria um grande desafio, mas para minha surpresa, foram os mais dedicados e no dia da apresentação na praça da matriz, dançaram com muita dedicação e se divertiram. Foi emocionante.

- 4) Na APAE trabalhei com TEA, TDAH e DI. SIM, com as músicas que trabalham movimento e lateralidade, trabalhamos as

3 disciplinas, e especificamente quando cantamos "Seu corpo é um tesourinho", "balança-parou" e "TUM-TUM" por exemplo, exploramos o conhecimento do corpo e sua sonoridade.

- 5) Sem dúvida a música é uma forte aliada na educação de todos, mas principalmente das crianças que estão descobrindo a si mesmas e ao mundo.
- 6) Acredito que não estamos preparados e nunca estaremos, é um processo, se iniciou a muito pouco tempo e aprendemos a cada dia. O professor precisa buscar suporte e se reinventar, estar aberto a esse relacionamento e encontrarem caminho em conjunto com o aluno e a família. Cada criança é única e não teremos todas as respostas. Pesquisa neurocientistas e mesmo com a vida dedicada à esse público, eles também não sabem o que fazer em cada caso especificamente. É preciso buscar conhecimento e entender o que pode ser feito em cada caso, continuar com o que vem funcionando e entender como cada criança aprende e quais gatilhos desencadeiam reações não desejadas/apropriadas dentro do contexto de inserção da criança.
- 7) O que tenho acompanhado na rede municipal, é que nas HTPC's de troca de experiência, as professoras de AEE trazem materiais para compartilhar com as demais. Geralmente são recursos visuais de pareamento, reconhecimento de padrões e cores.

Na APAE trabalhávamos com o Currículo Funcional, com atividades de AVP e AVD (Atividades de vida prática e atividades de vida diária). As crianças eram estimuladas a ser independentes em pequenas tarefas cotidianas

para que pudessem ter autonomia também fora da escola.

- 8) Sim, acredito que a escola pode dar suporte para o professor, principalmente preparando os espaços para que os alunos de inclusão tenham uma rotina bem planejada e explícita. Com ambientes limpos, sem poluição visual/sonora e salas adequadas para recebê-los.

Por exemplo, sabemos que os alunos de inclusão se norteiam principalmente com imagens. Então, os espaços de uso coletivo, banheiros e refeitórios, poderiam ter imagens indicativas do que ocorre ali e passo a passo de como realizar as tarefas.

Nas salas, poderíamos ter uma rotina visual dos acontecimentos do dia. Os materiais de apoio, como lousa sensorial e pastas de pareamento poderiam estar disponíveis em todas as salas. Hoje, na rede municipal, os professores é que realizam a confecção desses materiais e muitas vezes, não tem tempo, recurso ou conhecimento para tal.

## **Entrevistado 5**

- 1) Sou professora há 25 anos. Iniciei com educação infantil, alfabetizei, passei pelo berçário, fundamental 1 e 2, ensino médio e curso pré-vestibular.
- 2) Atualmente leciono para alunos de 6º ano no período matutino e 3º ano do ensino fundamental 1 no período vespertino.
- 3) Eu adoro usar músicas na sala de aula. Seja com a intenção de brincar, descontrair, ensinar conteúdo, criar músicas com os alunos para facilitar o aprendizado.

Os resultados são diversos, pois temos aqueles alunos que gostam de música e participam muito bem e aqueles que são mais tímidos ou que não tem muito contato com música. Tudo depende da escola, da turma, da vivência dos alunos. Num geral sempre tive resultados positivos.

- 4) Já trabalhei com vários tipos de alunos em sala de aula e com aula particular, como síndrome de down, autismo do leve ao grave, cadeirante, deficiência intelectual, td, tdah.

Cada deficiência reage de uma maneira em relação a apreciação ou participação de atividades com música.

- 5) Como já relatei acima, gosto muito da música em sala de aula para compreensão de conteúdos pedagógicos. Normalmente uso em língua portuguesa e matemática, onde os conteúdos são mais complexos, porém já usei em outras matérias.
- 6) Na área educacional, acredito que o lúdico faz parte do dia a dia do professor, sendo música, jogos, teatro, brincadeiras direcionadas ou não, atividades que desenvolvam a coordenação motora fina e grossa, levando o aluno a pensar, criar, experimentar, absorver, socializar, interagir, imaginar, se divertir, fazendo com que o pedagógico se torne mais prazeroso no cotidiano escolar.

A aula de música precisa fazer parte da grade escolar assim como outras matérias, pois através é possível alcançar todos os alunos, independentemente de ter alguma deficiência ou não.

- 7) Em sua grande maioria nem professores nem instituição escolar tem preparação. É preciso buscar aprimoramento nessa área, pois a família não sabe como lidar com essa síndrome e enquanto profissionais da área de educação é fundamental ter embasamento nessa área para assim orientar a família, conseguir trabalhar com esse aluno de maneira tranquila, incluindo sempre na rotina escolar.

A inclusão vai muito além de colocar uma criança com TEA na sala de aula. É preciso trabalhar com profissionais que entendam sobre o assunto dentro e fora da escola. O apoio e a conscientização com a família são de extrema importância para um bom desenvolvimento do indivíduo com a síndrome.

- 8) Não, essa preparação deve ser adquirida através de cursos em instituições escolares como cursos de pós-graduação ou especialização. Porém muitos cursos são básicos, não instruindo corretamente os profissionais. É uma área que precisa de muito estudo, pois diariamente está em mudança.
- 9) As melhorias precisam surgir de ambos os lados, direção escolar e equipe pedagógica. Psicólogos e psicopedagogos deveriam estar dentro das escolas para auxiliar esses profissionais, pois possuem experiência e embasamento nessa área. Conversas com os pais é primordial, pois muitos não sabem como lidar com essa situação. A educação nos dias de hoje precisa sofrer ajustes em relação à inclusão. Não basta alterar a nomenclatura dos módulos sem condições sólidas e iguais nas escolas



particulares e públicas.

### **Entrevistado 6**

- 1) Trabalho no ensino regular há 6 anos.
- 2) Esse ano é de 5 a 6 anos.
- 3) Sim, já utilizei, na verdade utilizo música pra tudo! Desde o calendário, meses do ano e até para fazer a fila! Tenho ótimos resultados na aplicação de música no ambiente escolar.
- 4) Sim, TOD, autismo, TDAH, dislexia, paralisia infantil, surdo e mudo.
- 5) Sim!
- 6) Sim, com a aplicação musical fica muito mais fácil a compreensão da atividade.
- 7) Infelizmente, muitos não! Muitas aceitam, porém sem preparo para inclusão.
- 8) Onde trabalho não, nós professores geralmente vamos atrás de qualificação para dar um suporte e apoio para nossos alunos.
- 9) Sim, desenvolver uma vez por semana qualificação e uma rede de apoio para inclusão de alunos e profissionais multidisciplinar no ambiente escolar e dar um suporte melhor para as famílias que infelizmente não sabem lidar com as diferenças e dificuldades.

### **Entrevistado 7**

- 1) 20 anos já.
- 2) Hoje a faixa etária dos meus alunos é de 8 para 9 anos, 4 ano.
- 3) Já utilizei música sim, gosto muito de música e o resultado foi maravilhoso. Gostei bastante do resultado.
- 4) Já tive aluno de inclusão sim: autista, já tive muitos alunos autistas nestes anos de escola.
- 5) Não é muito comum, trabalhos com música em outras disciplinas, mas tem

algumas disciplinas como língua portuguesa, que trabalhei com música. Poemas, por exemplo.

- 6) Sim, a música é uma ferramenta importante e eu acho que deveria entrar como ensino obrigatório para todas as escolas e as faixas etárias escolares. É uma pena não ser.

7 e 8) Eu acho que não, não estão preparadas e nem os profissionais da educação. É muito difícil ainda o cenário da educação para a inclusão, não só de TEA mas de outros transtornos. Pelo menos nas escolas particulares, onde trabalho. Alguma ou outra ainda tentam, mas não estão preparados

9) Sim, eu acho que tem que ter profissionais qualificados, um treinamento, um curso, para você receber essa criança com inclusão. Na verdade, eu vejo uma exclusão. Quando essa criança chega na escola, eu vejo muitos profissionais “excluindo”, tipo “ah senta aqui e coloca alguém para ensinar ele (auxiliar de sala)”, mas não, a inclusão é a criança inserida dentro desse meio dessas outras crianças e a gente adaptar o material e conteúdo para essa criança. Então não é isso que acontece, vejo mais exclusão do que inclusão, então eu vejo muitos profissionais não preparados, escolas não preparadas. Deveria vir desde a direção esse preparo até chegar a nós professores.

## **Entrevistado 8**

- 1) Eu trabalho no ensino regular, concursada, há 14 anos, mas contando os estágios, 19 anos.
- 2) Atualmente a faixa etária dos meus anos é do 1 ao 5 ano, de 6 a 11 anos. Mas atualmente estou trabalhando com a formação dos professores de educação física da rede, então como eu dei aula 2021/ 2022 eu vou falar deste último período.
- 3) Desde que eu começo a ministrar aulas eu trago a música como ferramenta mas também como conhecimento, então como estratégia sempre trouxe um pandeiro, um apito, um chocalho, um balde, dois pedaços de cabo de vassoura que faça som, a própria palma e a percussão corporal, elas foram recursos para chamar atenção das crianças, para voltar a atenção de uma atividade, para começar uma outra, dar sinal de largada, isso como

aquecimentos, momentos iniciais de quebra gelo, estar com a turma, eu utilizava bastante. Quando eu trouxe como conhecimento, é obedecendo a obrigatoriedade do currículo, principalmente dentro das matrizes indígenas e africanas, quando trago a dança, dentro dessas matrizes ou de diferentes regiões do Brasil, a música sempre está presente. Outro recurso que utilizava também, é com brincadeiras, esportes, eu levava uma caixa de som na quadra e deixava rolar um tipo de música que eu iria posteriormente começar um trabalho, por exemplo, antes de começar as manifestações da cultura local daqui de Piracicaba, eu colocava para tocar enquanto praticavam algum esporte ou outra prática corporal de movimento. Por exemplo: batuque de umbigada, samba de lenço, a congada, eles iam se familiarizando com o ritmo e com o som até que entrava o canto, e esse corpo ia sentindo com um corpo todo

- 4) Sim, já trabalhei, acho que sempre tive alunos de inclusão. Como sou professora de educação física, eu acabo dando aula para quase que a escola toda, dependendo do tamanho da escola, mais ou menos 15 turmas, 500 alunos, um professor de 40 horas. Já trabalhei com deficiência física, paralisia cerebral, autismo, Asperger, esses foram os mais recorrentes, o que mais chamaram atenção, anemia falciforme é o que aparecia muito e que tinha muito cuidado com essas crianças.
- 5) Com certeza, eu trabalho para além da música. A música além de trabalhar melodia, harmonia e ritmo, proporciona paz, interação, socialização, ela tem toda uma história, tradição, e por meio dela podemos ensinar muitas coisas. Já fiz isso sim e na educação física, já trabalhei de forma transversal, já trouxe conhecimentos da dança aliada ao meio ambiente, da dança aliada a história e geografia.
- 6) Acredito que a música é uma ferramenta importante na educação e não me vejo trabalhando sem ela na minha prática diária.
- 7) Não estamos preparados para receber alunos com TEA, nem eu estou preparada. Já fiz alguns cursos, já participei de congressos, já recebi vários alunos. O que acho que sinto falta e que tento proporcionar para os professores, e bem pouco, preciso melhorar nisso, são as trocas de experiências e a vinculação com os profissionais de outras áreas que

trabalham por exemplo: eu sou professora, tenho 4 alunos TEA, e vou fazendo, vou estudando por mim, às vezes com a coordenadora da escola, mas e os outros colegas? Como eles fazem? Quais as dificuldades? Quais as conquistas? Como eles se adaptam? como eles incluem de verdade? Qual a relação com a família? então se a gente não tiver essa troca, dificilmente a gente vai crescer e evoluir para o atendimento dessas crianças, e a gente precisa realmente conhecer quem são elas, seu histórico de saúde, seu histórico de terapias, desde o seu nascimento, os contextos em que ela se desenvolve, diferentes estratégias que funcionam, cada criança é uma, por mais que a gente tenha características gerais, diferentes níveis do TEA, cada criança tem a sua especificidade. Então não, não estamos preparados. Aqui na cidade de Piracicaba, a gente tem o NOMAP (Núcleo de Educação Especial) da rede, e de lá saem os professores de itinerância que conhecem mais de perto cada criança com deficiência e se aproxima do professor da sala de aula, polivalente, para auxiliar nas práticas da preparação das atividades, dos feedbacks do aluno, mas esse professor quase não chega no professor de educação física, então o professor de educação física ele fica bem sozinho e o professor auxiliar que acompanha essa criança, que deveria ser auxiliar da classe, mas acaba sendo da criança com deficiência, ele normalmente não é um professor que é preparado para estar ali, ele tá dobrando, tá fazendo uma hora extra. É tudo tão corrido que a gente não tem um horário livre para compartilhar planejamento, para estar junto, pensar junto, então o auxiliar que fica ali para levar o aluno com TEA ao banheiro, quando ele foge do espaço de aula, ir atrás, e assim por diante.

- 8) A minha sugestão é como gestora e formadora na rede, eu preciso aprimorar isso: batalhar por um profissional de educação física dentro do NOMAP, proporcionar mais momentos de trocas de experiências sobre isso com os professores, estudos, aprofundamentos, direcionado para educação física, muitas vezes a gente faz os cursos mas é muito mais voltado para as salas de aula e as outras disciplinas, e o movimento, a socialização, estar do lado de fora que é um desafio muito grande principalmente com relação a sensibilidade sonora. São as políticas públicas que acontecem, mas na rotina do dia a dia e das turmas lotadas, parece que esse é quase que um

dos últimos assuntos para a gente tratar, mas a gente precisa mudar isso.